

## FALAR DE GÊNERO É PAPEL DA ESCOLA?

Simone Beatriz Soffiatti<sup>1</sup>

Deise Josene Stein<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho teve por finalidade dialogar a respeito do papel da escola no que tange as questões de gênero, uma vez que o gênero está presente no ambiente escolar assim como em todos os demais espaços ou instituições da sociedade. Para isso, foram utilizadas contribuições de diversos autores, dentre eles Bourdieu; Beauvoir; Butler; Louro; Lins, Machado e Escoura; Auad, dentre outros. Através de suas obras foi possível compreender a conceituação do termo gênero, bem como sua evolução histórico-social. Além disso, possibilitou discutir a respeito do gênero no ambiente escolar, suas interferências e implicações, bem como o papel da educação frente ao desafio de ressignificação das relações de gênero na sociedade. Gênero é um tema que ainda não possui significativa abertura no âmbito educacional e é extremamente necessária sua discussão, uma vez que a escola atua diretamente com a formação e o desenvolvimento humano, em prol de uma sociedade mais justa e igualitária.

**Palavras-Chave:** Gênero; Escola; Igualdade; Direitos humanos; Educação.

**ABSTRACT:** The purpose of this study was to discuss the role of the school in relation to gender issues, since gender is present in the school environment as well as in all other spaces or institutions of society. For this, contributions were used by several authors, among them Bourdieu; Beauvoir; Butler; Louro; Lins, Machado and Escoura; Auad, among others. Through his works it was possible to understand the conceptualization of the term gender, as well as its historical-social evolution. In addition, it made it possible to discuss gender in the school environment, its interferences and implications, as well as the role of education in face of the challenge of re-signification of gender relations in society. Gender is a topic that still does not have significant openness in the educational field and its discussion is extremely necessary, since the school acts directly with human formation and development, in favor of a more just and egalitarian society.

**Key-words:** Gender; School; Equality; Human rights; Education.

## INTRODUÇÃO

O termo gênero permeia muitas discussões em diversas esferas da sociedade. O presente trabalho busca dialogar e refletir a respeito do papel da escola frente as questões de gênero nesse

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Pedagogia do Centro Universitário FAI. E-mail: sy.soffiatti@hotmail.com.

<sup>2</sup> Psicóloga e Docente do Centro Universitário FAI. E-mail: deise@uceff.edu.br.

contexto de transformação e mudança, de ruptura de mitos e tabus, de ressignificação da existência humana, bem como suas relações na sociedade. Refletir o papel da educação nesse processo é essencial para que o mesmo realmente efetive-se e instigue a transformação que tanto se espera e se busca na sociedade.

As discussões sobre gênero ganharam impulso a partir da força dos movimentos feministas e sua influência na organização e na estruturação da vida em sociedade. Estes surgiram em meados do século XIX e tinham por objetivo maior a reivindicação dos direitos das mulheres, bem como a valorização da mulher na sociedade. Mais tarde, o movimento ampliou seus ideais em prol da busca pela igualdade de gênero e a incorporação da teoria *queer* ampliou os objetivos do movimento quanto as questões de gênero.

Muitos foram os avanços conquistados através da luta desencadeada por movimentos sociais como esse. Entretanto, muito ainda há para evoluir no que tange as questões de gênero. A sociedade, como um todo, ainda é revestida por uma estrutura de patriarcado, que se baseia em uma hierarquização de poderes e acaba por continuar a reafirmar pré-conceitos, mitos e tabus sobre gênero no cotidiano e na vida humanos. Isso acontece com tal força que poucas instituições ou espaços se propõe a dialogar e refletir a respeito das relações de gênero.

A força dessas concepções, que abrangem também estereótipos de gênero que podem ser classificados como masculinidades e feminilidades, interferem e influenciam em toda a organização e todo o funcionamento da sociedade. Implica, ainda, na constituição da identidade humana bem como seu desenvolvimento em diversos aspectos, uma vez que cria expectativas sobre cada ser humano de acordo com o gênero. Esse processo acaba por negar a existência humana, pois, negligencia a liberdade de ser.

Em meio a essa urgência por transformação na sociedade e ressignificação das relações humanas no que tange as questões de gênero, é que surge a discussão a respeito do papel da escola nesse contexto. A escola, enquanto instituição responsável com a formação e o desenvolvimento humano, possui incumbência quanto as discussões sobre gênero na sociedade, bem como a desconstrução de estereótipos, tabus e pré-conceitos e, conseqüentemente, a ressignificação das relações humanas?

## 1 FALAR DE GÊNERO É PAPEL DA ESCOLA?

### 1.1 GÊNERO E SUAS CONCEITUAÇÕES

Gênero é um termo com significados diferentes, interpretações diversas. Conforme o dicionário Houaiss (2010, p. 386), gênero é “1 - conjunto de espécies com a mesma origem ou as mesmas particularidades; 2 – tipo, classe, estilo [...]”. Assim, o termo pode ser compreendido como uma forma de classificação. Já o dicionário Michaelis (2008, p. 414), traz a seguinte concepção do termo: “1 – flexão pela qual se exprime o sexo dos seres; [...]”. Esta, por sua vez, apesar de apresentar ainda aspectos semelhantes com o significado anterior, faz essa consideração ao gênero como sexo biológico dos seres. Os fatores biológicos foram utilizados por muito tempo para justificar as diferenças entre homem e mulher na sociedade, concepção que norteou a produção e a reprodução de desigualdades, expressas de diversas formas.

Essa concepção permeia as questões de gênero ainda hoje. A resignificação do termo gênero ocorreu devido ao surgimento de movimentos sociais em prol dos direitos das mulheres a partir do século XIX, dentre eles, há destaque ao feminismo. O movimento feminista nasceu com o objetivo de questionar as relações de poder na sociedade, bem como reivindicar os direitos das mulheres e resignificar a figura da mulher na sociedade, sua atuação e seus papéis sociais. (AUAD, 2003). Considera-se que este movimento se organiza em três grandes ondas. A primeira onda foi marcada pela reivindicação do direito ao voto, à educação, à propriedade e à liberdade de escolha.

A segunda onda foi marcada por intensos debates a respeito das condições de vida e trabalho das mulheres (AUAD, 2003). Sua culminância veio a partir de Simone de Beauvoir, com os livros *O Segundo Sexo I e II*, na década de 60. Apesar de o primeiro volume ter sido publicado em 1949, ganhou destaque com o movimento nesse momento. A teoria de Beauvoir (2016) discute e questiona a sexualidade e a reprodução que acontece na natureza em suas mais variadas formas de vida e, assim, questiona os fatores biológicos como determinantes do gênero.

Quanto a terceira onda do movimento feminista, a mesma teve início em meados da década de 90 e acredita-se que ela se estende até o momento atual (SALIH, 2015). Essa onda traz uma ampliação dos objetivos do movimento no que diz respeito ao gênero, com base na teoria *queer* – esta, é contrária aos padrões de normatização dos gêneros que acabam por discriminar, oprimir e excluir os gêneros não condizentes com as expectativas e os estereótipos masculinos e femininos enraizados na sociedade. A grande expoente desta onda é considerada a Judith Butler que traz valiosas contribuições ao debate.

Pode-se considerar que o movimento feminista tem como ideais principais, no momento atual, a pluralidade de gênero. Isso significa que cada ser humano tem (ou deveria ter) direito à liberdade de expressar-se e ser-se, sem necessidade de encaixar-se em padrões ou de atender

expectativas sociais e culturais a respeito do gênero. Entretanto, o que realmente é gênero nesse contexto? Auad (2006, p. 22) explica que “[...] pode-se dizer que sexo é percebido como uma questão relativa à biologia, enquanto o gênero é uma construção histórica a partir dos fatos genéticos”.

Significa que o conceito de gênero é mutável e flexível, constituído a partir de diferentes épocas e contextos sociais, com influência de diversas formas de manifestações culturais, como a religiosidade, por exemplo. Butler (2017, p. 26) esclarece que “Se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra de um sexo desta ou daquela maneira”. Ou seja, cada ser humano possui um corpo biológico, porém, o gênero é uma construção, do qual também faz parte a sexualidade, e cada um constrói-se ao longo da vida através de um processo de interação com os outros e com a sociedade que o rodeia.

Gênero diz respeito a forma como cada pessoa se considera, compreende e identifica em relação as masculinidades e feminilidades. Estes, são estereótipos construídos historicoculturalmente a partir dos fatores genéticos do homem e da mulher e acabam por pré-determinar expectativas da sociedade quanto ao gênero. Estes arranjos de gênero conseguem exercer grande poder sobre toda a vida cotidiana, ao colocados em prática, pois, estes consideram como cada gênero pode agir, como pode pensar, do que pode gostar (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016).

Lins, Machado e Escoura (2016, p. 17) explicam que, “As diferenças percebidas entre o corpo feminino e o masculino foram transformadas em desigualdades através de um processo histórico e cultural cujo resultado foi a naturalização de vários estereótipos de feminilidade e masculinidade”. Estes foram construídos em torno da dominação masculina na sociedade, que pode ser chamada de patriarcalismo – este sistema definiu os poderes de homens e mulheres na sociedade e pode ser considerado, ainda hoje, a base que reveste todas as sociedades (CASTELLS, 2008).

O universo humano, a partir desta hierarquização de poderes, é considerado como dois polos opostos. De um lado, o homem – dominante, corajoso, forte, agressivo, ativo em todos os espaços sociais; do outro, a mulher – passiva, submissa, frágil, responsável pelo lar e pela prole (AUAD, 2003). As masculinidades foram reforçadas e valorizadas historicamente de tal forma que, por muito tempo, as mulheres eram seres sem voz e sem direitos. Conforme Bourdieu (2010), os homens detinham o poder não apenas sob as mulheres, mas perante toda a organização e o funcionamento da sociedade.

As masculinidades e as feminilidades são elementos constituintes da identidade humana, bem como da identidade de gênero. Colocá-los em polos opostos implica que todo o ser humano, ao nascer, já está inserido em uma nuvem de expectativas e de estereótipos sobre seu gênero, de acordo com seu sexo biológico. Implicam ainda sob toda a organização da vida em sociedade, bem como os papéis e os espaços determinados para cada gênero na sociedade.

Louro (2014, p. 52) afirma que “[...] a concepção fortemente polarizada dos gêneros esconde a pluralidade existente em cada um dos polos”. Isso significa que em uma sociedade onde toda sua organização e seu funcionamento permeiam estereótipos de gênero, não há quaisquer possibilidades de cada ser humano ter liberdade de constituir-se enquanto ser – sua identidade, sua sexualidade –, pois, acaba por negar a singularidade e a pluralidade da constituição e da vida humana.

O termo gênero popularmente é compreendido como a divisão entre masculino e feminino, porém, esta é a determinação biológica, através do sexo: homem ou mulher. Como considerado por diversos autores, gênero é uma construção histórica (AUAD, 2003) que diz respeito a forma como cada ser humano posiciona-se e constitui-se perante o conjunto de masculinidades e feminilidades construídos de forma social, histórica e cultural de acordo com cada época e cada sociedade, que enraízam-se com tamanha força que, conseqüentemente, determinam-se padrões e estereótipos.

Cetolin e Trzcinski (2011, p. 17-18) consideram que gênero “[...] é um conceito utilizado para diferenciar a construção social dos papéis masculino e feminino; e mostrar que as desigualdades são resultado de um processo histórico, construídas e legitimadas pela sociedade e não determinadas pela diferença biológica do sexo”. As desigualdades construídas e reforçadas historicamente quanto aos gêneros, implica sobre toda a vida cotidiana bem como a constituição humana enquanto identidade. Estas, através dos estereótipos de masculinidades e feminilidades, bem como pelas expectativas sociais a cada gênero, acabam por contribuir com os mecanismos de discriminação, opressão e exclusão.

Essas concepções polarizadas e hierarquizadas sob as relações de gênero na sociedade acabam por negligenciar o fato de que cada ser humano é único no universo e constrói-se social e culturalmente de acordo com fatores genéticos, com o contexto em que se encontra inserido, bem como através das experiências ao longo da vida. Assim, “os sujeitos vão se construindo como masculinos ou femininos, arranjan-do e desarranjan-do seus lugares sociais, suas disposições, suas formas de ser e de estar no mundo”. (LOURO, 2014, p. 32).

## 1.2 O GÊNERO NO AMBIENTE ESCOLAR

O gênero está presente no ambiente escolar, bem como em todos os demais espaços e instituições da sociedade. A escola pode ser um lugar de aprendizagem, no qual cada ser humano tem diversas possibilidades de desenvolvimento, mas não se pode esquecer que ela também faz parte da sociedade, então, encontram-se na escola todos os estereótipos, todos os padrões, todos os pré-conceitos que permeiam a vida e o cotidiano na sociedade (AUAD, 2003).

Auad (2006, p. 77) afirma que “A escola, assim como outras instituições sociais, ressalta e utiliza as diferenças e transforma-as em desigualdades”. Dessa maneira, a escola torna-se um espaço não só de reprodução de desigualdades sociais, bem como ela mesma as produz. (LOURO, 2014). Isso pode ser identificado através das propostas e práticas pedagógicas, bem como através do próprio arranjo físico da instituição de ensino. A segregação de gênero se faz presente em toda a organização escolar.

A escola institui o espaço dos grandes e dos pequenos, dos meninos e das meninas. (LOURO, 2014). Assim, o ambiente escolar é também organizado e estruturado sob estereótipos de masculinidades e feminilidades. Esses conceitos estão enraizados de tal forma no cotidiano escolar, bem como da sociedade como um todo, que acabam por passar despercebido aos olhos das pessoas que convivem nesses espaços, sejam docentes, discentes, familiares e demais profissionais.

Muitas são as evoluções no que tange as questões de gênero na sociedade, entretanto, o cenário educacional é uma das áreas que ainda não possibilita, na grande maioria dos casos, olhares para o tema. As escolas que já conseguem ter um olhar sensível às questões de gênero em seu ambiente e na sociedade e realizam tentativas de dialogar e discutir o tema, acabam por sofrer repreensão dos familiares e/ou responsáveis dos educandos.

Isso acontece, pois, o termo gênero ainda está envolto em um vasto leque de mitos e tabus que geram pré-conceitos sobre o mesmo. A falta de conhecimento e informação a respeito, consequentemente, resulta em discursos e ações baseados em achismos. Felipe (2001) explica, ainda, que em muitos casos os familiares e/ou responsáveis não aceitam que a escola traga o tema ao contato dos educandos, pois, em sua concepção, isso pode instigar o desenvolvimento de algum comportamento ou fator precoce no que diz respeito a sexualidade.

Louro (2014, p. 85) afirma que “A sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se ‘despir’”. É preciso conhecer o desenvolvimento humano para compreender que a sexualidade não se



resume a sexo ou a orientação sexual. Muito pelo contrário, a sexualidade diz respeito as formas de expressão e comunicação humanas, aos desejos e sensações, bem como a maneira de ser e estar no mundo. Não há como pensar um espaço de desenvolvimento humano sem considerar a sexualidade.

As crianças e os adolescentes já vem para o espaço escolar com sua bagagem de conhecimentos e experiências construídas e vivenciadas no meio familiar e social. No entanto, essas concepções segregadas sob o universo humano quanto ao gênero não vem apenas da sociedade ou do contexto familiar. A escola, por si só, institui padrões de gênero. Assim, invés de contribuir para a transformação dessas concepções, bem como posicionar-se como espaço de pluralidade e de diversidade, a escola coloca-se com neutralidade nesse processo e contribui com os mecanismos de opressão, discriminação e exclusão em seu próprio ambiente.

Os estereótipos de gênero estão muito presentes no pensar e no fazer pedagógico, principalmente na maneira de olhar para meninos e meninas no ambiente escolar, bem como na forma de acompanhar e compreender seu processo de ensino aprendizagem e o desenvolvimento de habilidades, competências e potencialidades. Lins, Machado e Escoura (2016) explicam que “os estereótipos de gênero funcionam como um freio para todas as possibilidades de aprendizagem que poderiam delinear outro futuro [...]”.

Toda a vez que se expressa “isso é de menino” ou “isso é de menina”, acaba por limitar o desenvolvimento de meninos e de meninas e instituir como podem ser, o que devem fazer, o que a sociedade espera deles, o que eles devem esperar das outras pessoas, quais são os seus papéis na sociedade. (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016). Isso interfere na constituição da identidade, uma vez que limita suas possibilidades de ser e estar no mundo. Quanto à segregação de gênero no ambiente escolar, esta interfere nas possibilidades de desenvolvimento e aprendizagem dos educandos.

Através do brincar é que a criança expressa a internalização de muitos estereótipos de gênero. E, da mesma forma, é através do brincar que os internaliza. Esse fato pode ser identificado através dos brinquedos e das brincadeiras comumente designadas à meninos ou à meninas. Bolas, bastões, veículos, super-heróis – são brinquedos masculinos. Bonecas, utensílios de cozinha, bebês – são brinquedos femininos. Ambos refletem as expectativas quanto sua atuação na sociedade (ELIOT, 2013). Enquanto que os meninos experienciam aventura e emoção, desenvolvem a concepção de que podem ser tudo o que quiserem ser; as meninas são direcionadas à maternidade e ao cuidado com o lar.

Com cores, formas, tamanhos, sons e movimentos, os brinquedos são os maiores responsáveis pela construção de estereótipos de gênero pela criança. Isso acontece porque é através do brincar que a criança internaliza o mundo nos primeiros anos de vida. Eliot (2013) afirma que “brincar é o trabalho da criança”. E é por meio dele que muitas concepções de masculinidades e feminilidades também são propagadas no ambiente escolar. Seja em ambientes internos ou externos, a escola direciona os espaços de meninos e meninas, consequentemente, suas vivências e seu desenvolvimento.

Por mais que as crianças adentrem no universo escolar com muitos estereótipos já construídos, sua afirmação ou sua negação no desenvolvimento infantil bem como na constituição da identidade dependem da responsabilidade e do posicionamento da escola quanto as questões de gênero. Louro (2014, p. 83) esclarece que “[...] o contato com o outro, tanto pode abalar e reduzir o sentido da diferença como pode, ao contrário, fortalecer as distinções e limites”. Assim, tudo depende do direcionamento escolar quanto a esse contato com um universo de pluralidades e diversidades em seu ambiente.

A escola, enquanto instituição perpassada por diversas manifestações culturais, diferentes crenças e concepções a respeito da vida e da sociedade, não pode posicionar-se com neutralidade quanto à essas realidades. Principalmente no que tange as questões de gênero, o ambiente escolar deveria ser um espaço em que cada ser humano possa sentir-se valorizado por quem é e como é. E, a partir disso, trabalhar na desconstrução dos estereótipos de masculinidades e feminilidades que permeiam a vida em sociedade.

Miskolci (2015, p. 40-41) afirma que é ao adentrar no espaço escolar,

[...] que descobrimos que somos acima do peso, ou magros demais, feios, baixos, gagos, negros, afeminados. Em suma, é no ambiente escolar que os ideais coletivos sobre como deveríamos ser começam a aparecer como demandas e até mesmo como imposições, muitas vezes de uma forma muito violenta.

As imposições sobre como cada ser humano deve ou não ser, o que deve ou não fazer, como deve se comportar quanto ao seu gênero, acabam por implicar no desenvolvimento infantil e na constituição da identidade. Esse processo pode deixar marcas profundas na construção pessoal de cada ser humano que perpassa o ambiente escolar. Afinal, qual é o objetivo da escola? Qual o objetivo da educação? Que tipo de ser humano se espera para a sociedade? Se colocar a par desse contexto de intolerância, discriminação e segregação apenas contribui para que a sociedade não evolua no que diz respeito às questões de gênero, bem como continue por negligenciar a pluralidade e a diversidade humana.



### 1.3 A ESCOLA COMO ESPAÇO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

A escola é um espaço de formação e desenvolvimento humano. É espaço de interação e aprendizagem no currículo e nas relações que acontecem em seu ambiente. É espaço de troca entre docentes e educandos, bem como participam desse processo familiares e/ou responsáveis e demais profissionais atuantes no ambiente da escola ou que influenciam direta e indiretamente nele. É lugar perpassado por culturas; marcado por ideologias e concepções de vida e de sociedade – de ser humano que se quer e se espera formar através da educação.

Muitos são os desafios que perpassam também o ambiente escolar nesse sentido, também no que tange as questões de gênero. Qual é a incumbência da escola? Quais os objetivos da educação? Que tipo de ser humano e de sociedade se almeja? A concepção maior de educação leva a ideia de desenvolvimento integral do educando, isto é, em todas as suas possibilidades de evolução e aprendizagem. Entretanto, será que um ambiente permeado de códigos normativos, padrões comportamentais, estereótipos de gênero e de demais características humanas, consegue efetivar esse ideal?

Miskolci (2015, p. 56) explica que, para que a educação efetivamente seja um meio de transformação em prol da diminuição das desigualdades sociais, bem como esteja engajada na promoção dos direitos humanos, é preciso “identificar e desconstruir os pressupostos de neutralidade sob os quais se assentaram durante tanto tempo o processo educativo e o espaço escolar, [...]”. Essa transformação é necessária para a ressignificação do espaço escolar, assim como da educação como um todo. Só assim será possível alcançar os ideais de desenvolvimento integral, quando a escola se posicionar frente à diversidade e à pluralidade humanas e, com sua responsabilidade com a formação humana, saber abraçá-las.

Auad (2003, p. 59, grifo da autora) traz uma importante contribuição ao dizer que é preciso “[...] lembrar que *ser diferente não é ser desigual*”. Abraçar a diversidade humana significa compreender que cada ser humano é único e se constitui à sua maneira, com diferentes contribuições e interferências internas e externas. A singularidade e a pluralidade presente em cada ser humano é que constitui as diferenças entre cada um. Não é apenas o que se tem em comum que faz cada pessoa ser quem é. As diferenças constituem um universo único em cada ser e em cada vida. É o que há de mais comum na existência humana.

A escola, em meio a esse cenário de diversidade e pluralidade humanas, precisa ter conhecimento de seu papel na transformação da sociedade e na ressignificação das relações humanas. Efetivamente é necessário que a escola assuma sua responsabilidade com a

diminuição das desigualdades sociais e enquanto promotora dos direitos humanos. Todos os profissionais atuantes na educação precisam trabalhar “[...] em prol de um objetivo comum: a promoção de práticas e políticas públicas de igualdade, no âmbito das quais figure a construção de uma escola que não seja marcada pelas desigualdades sociais”. (AUAD, 2006, p. 87).

O ambiente escolar não pode ser espaço de reprodução dos mecanismos de opressão, discriminação e exclusão da sociedade. Muito pelo contrário, a escola possui a incumbência de formar seres humanos e, ao ter em vista os propósitos de educação e desenvolvimento integral dos educandos, deve ser espaço que instiga a reflexão, a problematização e a ruptura desses mecanismos, que acabam por gerar não só desigualdades sociais e a segregação, mas pré-conceitos, discriminação e violências que deixam cicatrizes profundas na vida e na constituição identitária de muitas pessoas.

A promoção dos direitos humanos é também papel da escola. Esta incumbência está firmada na Declaração Universal dos Direitos Humanos, homologada pela ONU em 1948. Os direitos humanos declaram “o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, [...]” (ONU, 1948 p. 4). Dizem respeito à vida, à propriedade, à liberdade de crença e expressão, às condições básicas de vida; em suma, dissemina a garantia de direito a alimentação, saúde, moradia e educação. Todos os direitos firmados pela ONU nesta declaração são considerados os ideais de vida a todo ser humano, em qualquer país ou nação.

Firma ainda, este documento, que a educação é dos mais poderosos meios para a disseminação dos direitos humanos. A escola deve atuar em prol da promoção do mesmo, de modo que não só sejam repassados em práticas pedagógicas ou incorporados de alguma forma ao currículo e as disciplinas programáticas. Mas, sim, sejam incorporados no pensar e no fazer pedagógico da instituição, estejam presentes no cotidiano escolar, de modo que sejam efetivamente parte do objetivo maior da educação: a formação de seres humanos.

Falar da escola enquanto espaço de promoção dos direitos humanos e diminuição das desigualdades sociais, implica ressignificar a educação como um processo de humanização. Isso significa que a escola precisa comprometer-se efetivamente com o desenvolvimento humano, pois, este irá refletir no tipo de sociedade a ser construída ou almejada. Humanizar requer olhar para dentro. E isso significa compreender que cada ser humano é único e constitui-se à sua maneira, em um processo que é individual e coletivo, singular e plural.

Conforme Freire (2014), o processo de humanização da educação só é possível através da práxis, que é a ação de refletir, agir e estar no mundo, e nesse processo modificá-lo. (HOOKS, 2017). Assim, o ambiente escolar também deve ser um espaço de efetivação da práxis, que

instigue a reflexão sobre a diversidade presente em seu espaço, bem como dos mecanismos de opressão, discriminação e exclusão presentes na escola assim como na sociedade. A partir daí, pode ser possível ressignificar as relações humanas no ambiente escolar de modo a construir relações solidárias, justas e igualitárias, mas que consigam também nesse processo abraçar e compreender a pluralidade existente em cada ser humano.

A humanização da educação requer também, conforme Freire (2014, p. 326), “[...] novas práticas pedagógicas, para que se alcance o sonho da luta para libertação e a vitória sobre todas as formas de opressão”. Isso implica na atuação dos docentes, bem como de toda a equipe de profissionais atuantes direta ou indiretamente no ambiente escolar. Pensar e fazer educação de forma humanizadora, requer (re)pensar e (re)fazer diversas propostas pedagógicas e metodologias de ensino aprendizagem.

Uma educação humanizadora instiga a educação para a liberdade. Liberdade em todas as diversas e variadas formas de ser e estar no mundo. Inclusive no que tange as questões de gênero no ambiente escolar e para muito além dele. Conforme explica Auad (2006, p. 87), “Condições igualitárias de aprendizagem podem ser criadas até mesmo em pequena escala, em nível local, na sala de aula”. Não é necessário esperar por políticas públicas na área educacional que abracem as questões de gênero, bem como a construção da igualdade, ou ainda a diversidade da existência humana. A transformação tem início em pequenas ações, em simples propostas, na prática do cotidiano.

Os docentes atuam nesse processo como agentes fundamentais da mudança. Felipe (2001, p. 65) explica que,

[...] cabe também às educadoras e aos educadores diluir algumas barreiras rigidamente estabelecidas em relação ao que seja apropriado para meninas e meninos. Afinal, vivemos em um mundo em constante transformação e diversidade, cabendo também à escola [...] uma leitura atenta do que está à sua volta, que não permita que as diferenças entre as pessoas e os grupos se transformem em desigualdades, ferindo assim seus direitos fundamentais.

A escola, assim, possui uma responsabilidade enorme frente a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e humana. Através dela, é possível questionar e romper barreiras e obstáculos que limitam a existência humana, assim como os estereótipos e os padrões normativos enraizados na cultura e na sociedade. Assim, talvez, a educação faça jus a promoção dos direitos humanos, se engaje efetivamente na luta pela diminuição das desigualdades sociais,

na construção de seres humanos efetivamente *humanos*, solidários, éticos, que sejam capazes de ter empatia e olhar para o próximo.

Freire afirma ainda que a escola “não é o único caminho à transformação social necessária à conquista dos direitos humanos, contudo acredito que, sem ela, jamais haverá transformação social”. (FREIRE, 2014, p. 50). Se as desigualdades sociais são gritantes na sociedade, dentre elas a de gênero; se as diferenças humanas são utilizadas para operar mecanismos de opressão, discriminação e exclusão; se os direitos humanos não são propagados por nenhum outro espaço ou instituição social; quem, se não a escola, dará o ponta pé inicial na ressignificação das relações humanas no que tange abraçar a diversidade e a pluralidade de modo a transformar a significativamente a sociedade?

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitas foram as discussões e reflexões a respeito do papel da escola frente as questões de gênero. É possível afirmar que a escola, enquanto instituição social com grande responsabilidade e comprometimento com a formação e o desenvolvimento humanos, tem significativa incumbência de discutir, refletir e trabalhar as questões de gênero em seu ambiente, bem como considerar o tema como essencial para a compreensão do desenvolvimento e da existência humanas no próprio espaço escolar.

Falar de gênero é papel da escola com toda a certeza. Uma vez que ela é um espaço comprometido também com a transformação da sociedade, com a diminuição das desigualdades sociais. Deveria ser um espaço consciente de sua responsabilidade não só com a formação integral dos educandos através do currículo com suas disciplinas e seus conteúdos obrigatórios, porém, com a construção de valores e concepções que transformem todo e qualquer ser humano, pequeno ou grande, que perpassa seu ambiente em um ser mais justo, solidário, empático; *efetivamente humano*.

A educação, posta em prática através dos espaços escolares, é uma poderosa arma na luta contra os mecanismos de opressão, discriminação e exclusão presentes e reforçados cotidianamente na sociedade. Além disso, é um espaço de luta pela liberdade e pela promoção dos direitos humanos. Escola é um espaço de humanização. E humanizar significa tornar humano; ou seja, a partir do processo de humanizar a educação será possível instigar o desenvolvimento de seres mais humanos e a construção de uma sociedade humanizadora, que abrace e compreenda a diversidade e a pluralidade humanas.

## REFERÊNCIAS

AUAD, Daniela. **Feminismo: que história é essa?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

\_\_\_\_\_. **Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola.** São Paulo: Contexto, 2006.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos.** 1. Vol. 3. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

\_\_\_\_\_. **O segundo sexo: a experiência vivida.** 2. Vol. 3. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 2016.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** 8. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** 15. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** 2. Vol. 6. Ed. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 2008.

CETOLIN; Sirlei Favero; TRZCINSKI, Clarete (Org). **Relações de gênero: afirmações e desafios nas áreas social e da saúde.** Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2011.

ELIOT, Lise. **Cérebro azul ou rosa: o impacto das diferenças de gênero na educação.** Porto Alegre: Penso, 2013.

FELIPE, Jane. Sexualidade, gênero e novas configurações familiares: algumas implicações para a educação infantil. In: CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva. **Educação infantil: pra que te quero?.** Porto Alegre: Artmed, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 50. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia dos sonhos possíveis.** São Paulo: Paz e Terra, 2014.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** 2. Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

HOUAISS, Antônio. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa.** 4. Ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

LINS, Beatriz Accioly; MACHADO, Bernardo Fonseca; ESCOURA, Michele. **Diferentes, não desiguais**: a questão de gênero na escola. São Paulo: Editora Reviravolta, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 16. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MICHAELIS: dicionário escolar língua portuguesa. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2008.

MISKOLCI, Richard. **Teoria queer**: um aprendizado pelas diferenças. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Ouro Preto, MG: UFOP, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 2009. Disponível em: < <http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em: 09 maio 2018.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

TEIXEIRA, Cíntia Maria; MAGNABOSCO, Maria Madalena. **Gênero e diversidade**: formação de educadoras/es. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.